

AVALIAÇÃO DOS OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL ODS ATRAVÉS DA PERSPECTIVA DO COPENHAGEN CONSENSUS

Data de submissão: 20/09/2024

Data de aceite: 01/10/2024

Cícero Coelho de Escobar

Universidade Federal de Pelotas
Programa de Pós-Graduação em Ciências
Ambientais

Priscila Martta Rodrigues

Universidade do Vale do Rio dos Sinos -
Unisinos
Programa de Pós-Graduação Em
Engenharia Mecânica

Douglas Machado Martta Rodrigues

Universidade Federal do Rio Grande
Licenciatura em Matemática

RESUMO: Neste artigo, revisamos os esforços promovidos pela Organização das Nações Unidas (ONU) desde a transição dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM) para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). Relatórios recentes indicam que o mundo não está no caminho certo para cumprir os 17 ODS até 2030. Nesse contexto, apresentamos os esforços do *Copenhagen Consensus*, que utiliza análises de custo-benefício para priorizar 12 intervenções globais. Demonstramos que essas 12 intervenções podem ter um impacto positivo e mais realista. Essa abordagem

pragmática pode auxiliar no alcance dos objetivos de desenvolvimento sustentável, especialmente para a parcela mais pobre do mundo.

PALAVRAS-CHAVE: Agenda 2030, Custo-Benefício, Pobreza, Sustentabilidade.

EVALUATION OF THE SUSTAINABLE DEVELOPMENT GOALS (SDGS) THROUGH THE PERSPECTIVE OF THE COPENHAGEN CONSENSUS

ABSTRACT: In this article, we review the efforts promoted by the United Nations (UN) since the transition from the Millennium Development Goals (MDGs) to the Sustainable Development Goals (SDGs). Recent reports indicate that the world is not on track to achieve the 17 SDGs by 2030. In this context, we present the efforts of the *Copenhagen Consensus*, which employs cost-benefit analyses to prioritize 12 global interventions. We demonstrate that these 12 interventions can have a positive and more realistic impact. This pragmatic approach can aid in achieving the sustainable development goals, especially for the world's poorest populations.

KEYWORDS: Agenda 2030, Cost-Benefit, Poverty, Sustainability.

1 | INTRODUÇÃO

Desde a década de 1960, o desenvolvimento global tornou-se uma prioridade para as Nações Unidas, intensificado pela adesão de novos membros. Esse foco inicial em erradicar a fome evoluiu com a criação do Programa Mundial de Alimentos e do Fundo das Nações Unidas para o Desenvolvimento Capital, refletindo a necessidade de uma abordagem coordenada para enfrentar problemas globais, como a fome, através do desenvolvimento econômico sustentado (McArthur, 2014; Okado; Quinelli, 2016).

Na década de 1970, a ONU consolidou esse compromisso ao adotar a Declaração sobre o Estabelecimento de um Novo Programa para o Desenvolvimento Econômico e Social, que preparou o terreno para os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM). Formulados em 2000, os ODM tinham como metas a erradicação da pobreza extrema, a melhoria da educação, a promoção da igualdade de gênero e o enfrentamento de desafios ambientais, evidenciando uma evolução contínua no foco das metas globais (Mcarthur, 2014; Mibielli; Barcellos, 2014).

Embora os ODM fossem mais enxutos, consistindo em oito objetivos e 18 metas entre 2000 e 2015, conseguiram alguns avanços, como a redução pela metade da mortalidade infantil (UN 2015a). Esse sucesso relativo demonstrou a eficácia de um enfoque mais direcionado e pragmático, o que, por sua vez, levou à necessidade de uma nova abordagem mais abrangente e ambiciosa. Em resposta, a partir de 2015, os ODM foram sucedidos pelos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). A Agenda 2030 expandiu o número de objetivos para dezessete e abordou novas questões emergentes, como desigualdade econômica e mudanças climáticas, refletindo uma compreensão de que os desafios globais são interconectados e exigem a participação de todos os setores da sociedade (McArthur, 2014; UN, 2015a; UN, 2016).

Nesse contexto, o *Copenhagen Consensus*, um *think tank* dinamarquês, critica a abordagem dos ODS, argumentando que a falta de priorização pode comprometer a eficácia das metas. Sugere que áreas como saúde e educação básica oferecem melhores retornos sobre investimento e propõem uma abordagem mais pragmática, priorizando intervenções eficientes e de impacto mensurável para evitar desperdícios e garantir que os esforços se traduzam em benefícios reais para o desenvolvimento global.

O objetivo deste artigo é fornecer um panorama sobre a evolução dos ODS, explorando sua transição a partir dos ODM e analisando a eficácia de suas metas através da perspectiva do *Copenhagen Consensus*. Inicialmente, discutiremos um breve histórico e a evolução das iniciativas de desenvolvimento global, destacando os avanços e desafios enfrentados ao longo do tempo. Em seguida, examinaremos a análise crítica das metas dos ODS, incluindo a avaliação do progresso até 2023 e as críticas sobre a exequibilidade dos objetivos propostos. Finalmente, abordaremos as recomendações do *Copenhagen Consensus* para otimizar os recursos e implementar soluções com maior impacto,

oferecendo uma visão prática para superar as barreiras e alcançar resultados mais eficazes para os problemas globais prioritários.

2 | BREVE HISTÓRICO DOS ODS

Desde o início da década de 1960, o desenvolvimento tornou-se um tema central para a ação das Nações Unidas, especialmente com a admissão de 17 novos membros, a maioria países recém-independentes que mudaram drasticamente a composição da ONU. A preocupação inicial era a redução da fome mundial, levando à campanha “Liberdade da Fome” lançada pela FAO em 1960. Esforços subsequentes, como a criação do Programa Mundial de Alimentos e o estabelecimento do Fundo das Nações Unidas para o Desenvolvimento Capital, refletiram uma crescente conscientização sobre a necessidade de ações coordenadas para promover o desenvolvimento econômico como solução fundamental para desafios como a fome global (McArthur, 2014; Hickmann et al., 2023).

No início dos anos 1970, a Assembleia Geral das Nações Unidas adotou a Declaração sobre o Estabelecimento de um Novo Programa para o Desenvolvimento Econômico e Social, marcando um compromisso renovado com metas de desenvolvimento sustentável (McArthur, 2014; Hickmann et al., 2023). Esta declaração lançou as bases para iniciativas subsequentes focadas na erradicação da pobreza, melhoria da saúde global e promoção da educação. Na sequência dessas discussões, os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM) foram estabelecidos em setembro de 2000 durante a Cúpula do Milênio das Nações Unidas, onde 189 países adotaram a Declaração do Milênio, comprometendo-se a alcançar oito metas principais até 2015 (Okado; Quinelli, 2016; Hickmann et al., 2023). Essas metas incluíam erradicar a pobreza extrema e a fome, alcançar a educação primária universal, promover a igualdade de gênero, reduzir a mortalidade infantil, melhorar a saúde materna, combater o HIV/AIDS, a malária e outras doenças, garantir a sustentabilidade ambiental e estabelecer uma parceria global para o desenvolvimento. Esses objetivos foram subdivididos em 21 metas e 60 indicadores oficiais (Okado; Quinelli, 2016).

Com o término dos ODM em 2015, a comunidade internacional reconheceu os sucessos alcançados, mas também identificou áreas que ainda precisavam de atenção, pois o programa não estava imune à críticas (Mibielli; Barcellos, 2014). Para construir sobre os progressos e enfrentar os novos desafios emergentes, foram elaborados os ODS, adotados durante a Cúpula das Nações Unidas sobre o Desenvolvimento Sustentável em setembro de 2015. A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, que inclui os ODS, expandiu as metas de oito para dezessete, abordando questões como desigualdade econômica, inovação, mudanças climáticas, consumo sustentável e paz e justiça (Hickmann et al., 2023; UN, 2016).

Enquanto os ODM focavam principalmente em questões básicas de desenvolvimento nos países em desenvolvimento, os ODS adotam uma abordagem mais holística e universal,

aplicando-se a todos os países, independentemente do seu nível de desenvolvimento (Kumar et al., 2016). Eles enfatizam a interdependência entre o desenvolvimento econômico, social e ambiental, e a participação de diversos atores, incluindo governos, setor privado e sociedade civil (Jong; Vijge, 2021). Assim, a transição dos ODM para os ODS reflete um reconhecimento da necessidade de uma agenda de desenvolvimento mais abrangente e integrada, que possa abordar de forma mais eficaz os desafios complexos e interconectados do mundo moderno. Uma característica particular aos ODS é que são universais, aplicando-se a todos os países, independentemente do nível de desenvolvimento, e enfatizam a participação de diversos atores, incluindo governos, setor privado e sociedade civil (Hickmann et al., 2023).

Na preparação para decidir as metas globais que culminaram nos ODS, a ONU realizou uma grande pesquisa de opinião pública da história, conhecida como “My World Survey” (UM, 2015b). Essa iniciativa teve como objetivo coletar opiniões de cidadãos ao redor do mundo sobre suas prioridades para o futuro desenvolvimento global. A pesquisa foi uma parte crucial do processo de elaboração dos ODS, garantindo que as metas refletissem as reais necessidades e aspirações das pessoas. A “My World Survey” foi lançada em 2013 e coletou respostas até o final de 2015. A pesquisa esteve disponível *online* e em papel, em vários idiomas, permitindo ampla participação. Quase 10 milhões de pessoas de diversos países e contextos sociais contribuíram, oferecendo uma visão global das prioridades e preocupações da população mundial. A pesquisa pediu aos cidadãos de todo o mundo que votassem em 06 das 16 questões que são mais importantes para eles e suas famílias. Apesar da tendência crescente pelo interesse midiático voltado ao aquecimento global e mortes envolvendo desastres naturais, a opção “ação contra a mudança climática” ficou em 16º lugar entre as 16 (fig. 1). A prioridade das pessoas foi em temas de educação, saúde e trabalho.

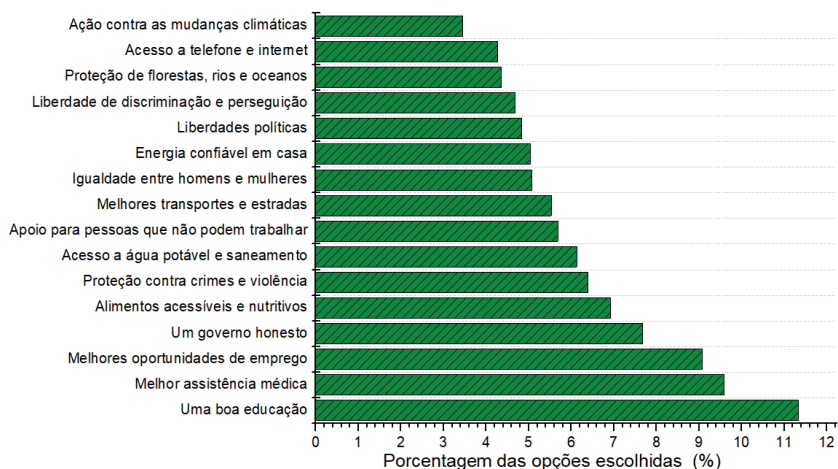


Figura 1: Porcentagem de prioridades escolhidas na pesquisa My World Survey (2015) Fonte: Adaptado de UN (2015a).

Ao longo dos anos, estudos globais com entrevistados frequentemente destacaram o aquecimento global como um desafio de menor importância em comparação com outros problemas globais. No entanto, recentemente, devido ao aumento significativo da atenção voltada para as questões climáticas, inclusive incentivada pelos ODS, sua relevância tem aumentado substancialmente (Lomborg, 2020).

3 | AVALIAÇÃO DOS ODS ATRAVÉS DA PERSPECTIVA DO *COPENHAGEN CONSENSUS*

Em setembro de 2023, Malekpour e colaboradores escreveram um artigo na *Nature* resumindo ao grande público o relatório global sobre desenvolvimento sustentável da ONU (UN, 2023). Uma das principais conclusões é que estávamos no meio do caminho em relação aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da ONU. O texto alerta de que o mundo não estava no caminho certo para alcançar nenhum dos 17 ODS até 2030. Se o progresso continuar no ritmo atual, prevê-se que até o final desta década haverá 575 milhões de pessoas vivendo em extrema pobreza, 600 milhões enfrentando fome e 84 milhões de crianças e jovens fora da escola. A tabela 1 apresenta o progresso de algumas das metas dos ODS em dois cenários distintos: um reflete a distância em que o mundo se encontrava em relação às metas até 2023, enquanto o outro descreve o progresso alcançado de 2020 a 2023. A análise da tabela 1, realizada em conjunto com dados da literatura (UN, 2015a; Malekpour et al., 2023; Sachs et al., 2023), evidencia que poucas metas dos ODS estavam caminho certo até aquele momento (2023), com destaque para o acesso a redes móveis (ODS 9.C.1) e uso da internet (ODS 18.8.1) (visando simplicidade, não inseridos na tabela 1). Além disso, muitas outras metas mostraram progresso limitado ou nenhum progresso, incluindo questões cruciais como pobreza, água potável segura e conservação dos ecossistemas. Adicionalmente, oito metas foram avaliadas como em deterioração, sendo elas: redução das emissões de gases de efeito estufa, subsídios a combustíveis fósseis e número de detentos não julgados; crescimento econômico sustentável, cobertura vacinal, pesca sustentável e segurança alimentar; e prevenção da extinção de espécies.

ODS	Meta	Distância do Alvo (2023)	Mudança entre 2020 e 2023
1	1.1 Erradicar a pobreza extrema	Muito longe	Piorou
	1.2 Implementar sistemas de proteção social	Longe	Sem mudança
2	2.1 Erradicar a fome	Muito longe	Piorou
	2.2 Garantir segurança alimentar	Longe	Sem mudança
3	3.1 Reduzir mortalidade materna	Muito longe	Piorou
	3.2 Reduzir mortalidade infantil	Longe	Sem mudança
4	4.1 Garantir educação primária	Muito longe	Piorou
	4.2 Garantir desenvolvimento infantil	Muito longe	Piorou
5	5.1 Acabar com a discriminação contra mulheres	Muito longe	Piorou
	5.2 Eliminar violência de gênero	Muito longe	Piorou
6	6.1 Garantir acesso a água potável	Muito longe	Piorou
	6.2 Garantir acesso a saneamento e higiene	Muito longe	Piorou
7	7.1 Garantir acesso a energia limpa e acessível	Muito longe	Piorou
8	8.1 Sustentar crescimento econômico	Longe	Sem mudança
	8.5 Alcançar emprego pleno e produtivo	Longe	Sem mudança
9	9.1 Desenvolver infraestrutura sustentável	Longe	Sem mudança
	9.5 Aumentar pesquisa e desenvolvimento	Longe	Sem mudança
10	10.2 Reduzir desigualdades entre países	Muito longe	Piorou
11	11.1 Garantir moradia segura e acessível	Muito longe	Piorou
12	12.c Remover subsídios a combustíveis fósseis	Muito longe	Piorou
13	13.2 Reduzir emissões globais de gases de efeito estufa	Longe	Sem mudança
14	14.4 Garantir pesca sustentável	Longe	Sem mudança

15	15.1 Conservar áreas de biodiversidade terrestre	Longe	Sem mudança
	15.5 Prevenir extinção de espécies	Muito longe	Piorou
16	16.1 Reduzir homicídios	Muito longe	Piorou
	16.3 Reduzir taxas de prisão sem julgamento	Muito longe	Piorou
17	17.8 Aumentar o uso da internet	Muito longe	Piorou

Tabela 1: Progresso de algumas das metas dos ODS em dois cenários distintos: a distância em que o mundo se encontrava em relação às metas até 2023, e o progresso alcançado de 2020 a 2023. Fonte: Adaptado de Malekpour et al. (2023), Sachs et al. (2023) e UN (2023).

O cenário para o Brasil também recebeu atenção em recente relatório elaborado pelo IPEA (2024a). O instituto apresentou marcadores para sinalizar as mudanças ocorridas entre 2016 e 2022 (último ano com informações disponíveis), e apenas 14 metas das 169 (menos de 9%) tinham sido atingidas. Por exemplo, as estimativas não mostram qualquer progresso duradouro na redução da pobreza extrema nos últimos dez anos (meta 1.2), conforme a linha internacional de \$2,15 per capita por dia, que, em valores de 2022, equivale a aproximadamente R\$ 200,00 per capita por mês (IPEA, 2024b). No entanto, de acordo com o relatório, esse cenário pode ter sido impactado pela pandemia de Covid-19.

Nesse contexto de observação e monitoramento crítico aos ODS é que o *Copenhagen Consensus* tem atuado. É um projeto iniciado em 2004 pelo economista Bjørn Lomborg, reunindo especialistas para avaliar e priorizar soluções para problemas globais, como pobreza, saúde e mudança climática, com base em critérios de custo-benefício (Lomborg, 2018). O objetivo é identificar as intervenções mais eficazes e com maior impacto positivo, considerando as restrições de recursos, baseadas em análises econômicas de custo-benefício (Lomborg, 2023a). A análise custo-benefício tem sido reconhecida há muito tempo como uma ferramenta valiosa que pode orientar os tomadores de decisão para escolhas mais informadas e eficazes, dadas as constantes limitações de recursos (Boardman et al., 2018). Se realizada de maneira adequada, considera cuidadosamente todos os custos e benefícios de uma política, não apenas aqueles que são mais visíveis. Também garante que os benefícios e custos possam ser comparados explicitamente e de forma transparente, com uma ponderação consistente entre o presente e o futuro (Boardman et al., 2018).

Uma das críticas do projeto é que, ao lado de metas nobres e cruciais, há muitas outras que são consideravelmente menos prementes, como a promoção turismo sustentável e a garantia de espaços públicos verdes para pessoas com deficiência. Defendem que não há problema em querer promover tais políticas, mas colocar essas promessas no mesmo nível de metas mais urgentes é desconcertante em um mundo onde cerca de 9% da população mundial ainda passam (FAO, 2023), outras milhões são acometidas por doenças infecciosas (Asma et al. 2019), crianças sofres com imensas desigualdades em

qualidade e acesso à educação (Dandler; Pfaff, 2021) e pessoas ainda sofrem com falta de acesso à energia (Katoch et al., 2023). Por exemplo, ter acesso à eletricidade é definido nas estatísticas internacionais como ter uma fonte de eletricidade que possa fornecer iluminação básica, carregar um telefone ou alimentar um rádio por 4 horas por dia. Em 2029, haviam cerca de 760 milhões de pessoas sem condições de satisfazer esses critérios (Ritchie, 2019).

Outras metas dos ODS prometem resultados positivos, mas sem fornecer um plano claro de como alcançá-los, como é o caso da meta “emprego pleno e produtivo e trabalho decente para todas as mulheres e homens, incluindo jovens e pessoas com deficiência”. Não é como se a maioria dos líderes políticos não estivesse ciente da importância de criar empregos. Se houvesse uma maneira simples e eficaz de cumprir essa meta, já teria sido implementada (Lomborg, 2023). Da mesma forma, os ODS insistem na necessidade de “promover sociedades pacíficas”. A paz é desejável, mas sem alguma inovação política para torná-la mais viável, isso apenas reitera um desejo secular sem muita clareza em como seria possível alcançar (Lomborg, 2023). Algumas metas podem ser alcançadas, mas a um custo extremamente alto. Por exemplo, os ODS prometem “sistemas de proteção social para todos”, o que essencialmente significa implementar um sistema básico de bem-estar em todos os países, incluindo provisões para deficiência e velhice. No entanto, não se leva em conta que isso custaria muito mais de um trilhão de dólares por ano até 2030, mesmo excluindo os países ricos (Lomborg, 2023b). Não é que muitas dessas metas não sejam nobres, mas as promessas de resolver tudo e para todos ao mesmo tempo é, segundo os proponentes do *Copenhagen Consensus*, uma ambição hercúlea com grandes chances de falhas (Lomborg, 2023a; Lomborg, 2023b).

Portanto, o *Copenhagen Consensus* ecoa as críticas e as preocupações lançada por outros pesquisadores em relação a exequibilidade dos ODS. Deixa explícito que se o mundo continuar com as tendências atuais — excluindo a estagnação anômala causada pela Covid-19 em 2020-21 — atingiremos a marca de 100% dos ODS apenas após 2078, quase meio século de atraso (Lomborg, 2023a; Lomborg, 2023b). Mais relevante ainda, é a desigualdade no atraso no cumprimento das metas entre os países. Países de renda média-baixa estarão <apenas> 38 anos atrasados, enquanto os países de baixa renda estarão quase um século atrasados. Já os países de alta renda estarão incrivelmente 150 anos atrasados (Lomborg, 2023^a; Lomborg, 2023b). A tabela 2 mostra com maior detalhamento as projeções documentadas pelo autor, tendo em base as informações contidas no “Relatório de Desenvolvimento Sustentável: Implementação do Estímulo aos ODS”(Sachs et al., 2023).

ODS	Ano de realização
Indústria, Inovação e Infraestrutura	2034
Erradicação da Pobreza	2037
Trabalho Decente e Crescimento Econômico	2046
Educação de Qualidade	2052
Energia Acessível e Limpa	2061
Fome Zero	2071
Saúde e Bem-estar	2080
Água Limpa e Saneamento	2089
Igualdade de Gênero	2101
Paz, Justiça e Instituições Eficazes	2127
Parcerias para a Realização dos Objetivos	2147
Vida na Água	2220
Cidades e Comunidades Sustentáveis	2226
Redução das Desigualdades	2235
Vida Terrestre	Nunca
Consumo e Produção Responsáveis	Nunca
Ação Contra a Mudança Global do Clima	Nunca

Tabela 2: Os 17 ODS e o ano projetado para alcançar, com base nas tendências de 2015-19 para países de renda média-baixa. “Nunca” significa que os indicadores estão se afastando do objetivo. Fonte: Adaptado de Sachs et al. (2023) e Lomborg (2023a).

Na tabela 2, a ‘metade mais pobre do mundo’ se refere a países de baixa e média-baixa renda, categorizados pelo Banco Mundial como países onde cada pessoa, em média, ganha menos de US\$ 1.085 por ano ou apenas cerca de US\$ 3 por dia (FAO, 2023; Lomborg, 2023b). Para comparação, em 2023, a renda média diária na China foi de US\$ 33 e nos países de alta renda foi superior a US\$ 130 (Lomborg, 2023b). Nos países de renda média-baixa, as pessoas ganham até quase US\$ 12 por dia (Nos países de renda média-baixa, as pessoas ganham até quase US\$ 12 por dia (Lomborg, 2023b).

Como tentativa de evitar o cenário mostrado na tabela 2, os colaboradores do *Copenhagen Consensus* argumentam que é essencial e possível priorizar as ações globais com base em análises de custo-benefício para garantir que os recursos limitados sejam utilizados de maneira eficiente. Dessa forma, é proposta uma abordagem mais focada e pragmática, destacando que, ao concentrar os esforços nos problemas que podem ser resolvidos de forma mais eficaz e com maior impacto, é factível alcançar resultados significativamente melhores. Nesse sentido, um dos aspectos que mais os pesquisadores do *Copenhagen Consensus* enfatizam é que muitas das 169 metas dos ODS são ideias

em que o custo supera muito os eventuais benefícios, portanto, na prática, trarão grande empecilho para o seu cumprimento.

À medida que o mundo já passou da metade do caminho para os ODS, a proposta é maximizar, em termos de custo-benefício, as melhores estratégias para alcançar esses compromissos. Para isso, um time de economistas pesquisadores que trabalha em parceria com o *Copenhagen Consensus* produziu 12 soluções principais a se focar para os seguintes problemas: Tuberculose (Pretorius et al., 2023), educação (Angrist et al., 2023), saúde materna e neonatal (Madise et al. 2023), pesquisa e desenvolvimento agrícola (Rosegrant et al., 2023), malária (Shretta; Anye, 2023), *e-procurement* (Bosio; Hayman; Dubosse, 2023) (compras eletrônicas pelo governo), nutrição (Larsen; Hoddinott; Razvi, 2023), segurança na posse da terra (Byamugisha; Dubosse, 2023), doenças crônicas (Watkins; Ahmed; Pickersgill, 2023), comércio (Feyrer et al., 2023), imunização infantil (Patenaude; Sriudomporn; Mak, 2023) e migração qualificada (Maskus, 2023). Portanto, priorizar estes problemas não são opostas necessariamente aos ODS; na verdade, algumas são quase idênticas. No entanto, a crítica endereçada aos ODS diz respeito a falta de foco e o excesso de promessas, sugerindo que muitos desses objetivos podem ser irrealistas e não priorizam os investimentos de maneira eficaz.

Segundo o levantamento do *Copenhagen Consensus*, um conjunto de investimento focado em soluções rápidas e práticas seria uma viável alternativa, podendo resultar em mudanças significativas. Cada uma das doze propostas de intervenções teria um custo e um benefício, sendo todas elas apresentando uma relação custo-benefício maior ou igual a 18 (tabela 3), sendo saúde materna e imunização infantil destacando-se como as melhores relações. Além disso, com um investimento anual de aproximadamente US\$ 41 bilhões ao longo de um período de 7 anos (2023 a 2030), seria possível salvar 4,2 milhões de vidas anualmente, melhorando a situação financeira da metade mais pobre do mundo em mais de um trilhão de dólares, quase eliminando a tuberculose e reduzindo em 1,5 milhão o número de mortes por doenças crônicas (Lomborg, 2023a). De modo geral, todas as intervenções propostas, apesar de terem custos relativamente baixos, demonstram uma grande eficácia em termos de vidas salvas.

	Custo anual (bilhões de dólares)	Vidas salvas anualmente (milhões)	Relação custo- benefício
Tuberculose	6,2	0,6	46
Educação	9,8	0,5	65
Saúde materna e neonatal	4,9	1,4	87
P&D agrícola	5,5	n.e.	33
Malária	1,1	0,2	48
e-procurement	0,076	n.a	125
Nutrição	1,4	0,018	18
Segurança na posse da terra	1,8	n.e.	21
Doenças crônicas	4,4	1,5	23
Comércio	1,7	n.e.	95
Imunização infantil	1,7	n.e.	101
Migração qualificada	2,8	n.e	20
Total	41	4,2	
Média dos custo-benefícios			56

n.e.: não estimado

Tabela 3 Custos anuais em 2023 em dólares dos EUA e vidas salvas, média ao longo do período de 2023 a 2030. Fonte: Adaptado de Lomborg (2023a).

Implementar todas as 12 propostas teria um custo anual de US\$ 41 bilhões, enquanto que os benefícios totais (econômicos + sociais) alcançariam US\$ 2,1 trilhões (Lomborg, 2023a; Lomborg, 2023b). Isso implica que cada dólar investido resultará em notáveis US\$ 56 de retorno, ou seja, a relação benefício-custo, é de 56 (fig. 2). Gastar \$41 bilhões pode parecer muito, então é útil colocar isso em contexto. Para os 4,1 bilhões de pessoas na metade mais pobre do mundo, esse valor representa um aumento de apenas \$8,50 por ano por pessoa (Lomborg, 2023b). Além disso, os \$35 bilhões são um custo modesto em comparação aos \$211 bilhões que os governos ricos gastam anualmente em ajuda ao desenvolvimento (Lomborg, 2023b).

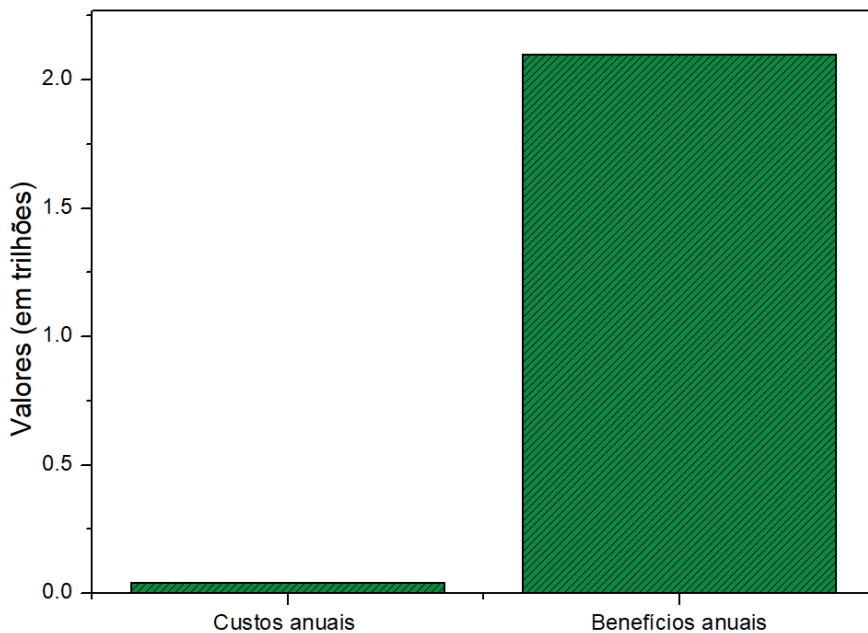


Figura 2: Relação benefício-custo para implementar as 12 soluções propostas pelo *Copenhagen Consensus*.

Para ilustrar um exemplo, os ODS estabelecem metas ambiciosas para reduzir as taxas de mortalidade materna e neonatal até 2030. A meta inicial de saúde dos ODS visa reduzir a mortalidade materna global para 0,07% (meta 3.1), um objetivo desafiador que requer uma queda significativa nas taxas de mortalidade, quase quatro vezes mais rápida do que durante os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM) (Madise et al., 2023). No entanto, os progressos até agora têm sido insuficientes, com a taxa de mortalidade materna estagnada desde 2015 (Madise et al., 2023). Alcançar essa meta implicaria uma redução significativa no número de mortes maternas anuais, de aproximadamente 300.000 para menos de 100.000 até 2030, apesar dos nascimentos globais esperados permanecerem estáveis (Madise et al., 2023). Similarmente, a meta para a mortalidade neonatal, abaixo de 1,2% até 2030, é considerada desafiadora, com o progresso atual sugerindo que esse objetivo só será alcançado em 2060 (Lomborg 2023b), resultando em uma redução anual mais modesta nas mortes neonatais do que o esperado.

Para identificar as políticas mais eficazes na redução das mortes maternas e neonatais, os pesquisadores utilizaram a ferramenta *Lives Saved Tool*, capaz de avaliar o impacto de intervenções como o Cuidado Obstétrico e Neonatal de Emergência Básico e a expansão dos serviços de Planejamento Familiar em 55 países de baixa e média-baixa renda, os quais juntos respondem por 90% das mortes maternas e neonatais globais (Lomborg, 2023b). O custeio dessas intervenções inclui despesas diretas do setor

de saúde com medicamentos, suprimentos e pessoal médico, além dos custos indiretos suportados pelas mulheres, como transporte e perda de salários. Embora frequentemente negligenciados nos orçamentos, esses custos pessoais são componentes significativos dos custos das políticas, e foram contemplados pelos autores (Madise et al., 2023). O pacote sugerido requer um investimento anual de 3,2 bilhões de dólares e proporcionará benefícios avaliados em 278 bilhões de dólares por ano, através da redução de mortes e do incremento do crescimento econômico. Além disso, gerará um benefício demográfico equivalente a 25 bilhões de dólares por ano. Para cada dólar investido, os benefícios sociais e econômicos são estimados em 87 dólares, resultando em uma relação custo-benefício de 87 (Madise et al., 2023).

Em outro tópico relevante, a subnutrição infantil apresenta dados preocupantes: globalmente, 22% das crianças com menos de 5 anos (140 milhões) tinham baixa estatura e 6,7% (45 milhões) estavam em estado de emagrecimento (WHO 2020). Os altos índices de baixa estatura e mortalidade infantil fazem com que os países de baixa e média renda, especialmente na África Subsaariana e no Sul da Ásia, enfrentem a maior carga desses problemas (Canton, 2021). No estudo sobre subnutrição infantil realizado pelo *Copenhagen Consensus* (Larsen; Hoddinott; Razvi, 2023), foi analisado o custo-benefício de três intervenções nutricionais: 1) fornecimento de suplementos lipídicos pequenos e baseados em nutrientes (SLP) para crianças de 6 a 23 meses; 2) Promoção da Alimentação Complementar (PAC) para crianças de 6 a 23 meses; 3) fornecimento de suplementos de múltiplos micronutrientes (MN) e cálcio (Ca) para mulheres grávidas. De todas análises de relação custo-benefício combinadas as três abordagens, as mais altas foram para a suplementação de MN para grávidas substituindo ferro e ácido fólico, resultando um valor de 37,5 na relação custo-benefício (ou seja, para cada dólar investindo, haveria um retorno de 37,5 dólares).

Os colaboradores do *Copenhagen Consensus* discutem que, apesar de muitos objetivos ODS serem altamente desejáveis, alguns, como alcançar a paz mundial, carecem de caminhos eficazes para sua realização. O time de economistas que trabalhou com o *think tank Copenhagen Consensus* colaboraram para explorar maneiras eficientes de reduzir o risco de conflitos, mas descobriram que mesmo políticas dispendiosas têm eficácia limitada nesse sentido (Lomborg, 2023b). A única política identificada como significativa foi o envio de forças de paz após a assinatura de tratados de paz, capaz de reduzir a probabilidade de regiões frágeis voltarem a conflitos, embora seus custos sejam consideráveis. A relação benefício-custo estimada foi de aproximadamente \$5 por dólar investido, destacando-se como uma política benéfica, mas que não atende ao critério de custo-benefício de \$15 estabelecido como mínimo necessário para merecer atenção prioritária (Lomborg, 2023b). Enquanto várias políticas são consideradas medianas e algumas até contraproducentes, apenas as doze acima destacadas (tabela 3) mostraram por oferecer retornos acima desse critério (Lomborg 2022a; Lomborg, 2023b).

Com relação ao tema das mudanças climáticas, os proponentes do *Copenhagen Consensus* não incluíram na lista as políticas climáticas, pois os custos atuais geralmente proporcionam retornos econômicos menores do que \$15 para cada dólar investido (Lomborg, 2023b). No entanto, reconhecem como uma preocupação global séria, uma vez que o fato de os custos superarem os benefícios não implica em perda de relevância. Por exemplo, destacam que medidas como a implementação de um imposto global eficiente sobre carbono, se forem bem implementadas, conseguem \$2 em benefícios para cada dólar gasto (Lomborg, 2023b). Em adição a isso, outra política climática eficaz seria aumentar o investimento em pesquisa e desenvolvimento verde para tornar a futura descarbonização muito mais barata, o que poderia gerar \$11 em benefícios climáticos para cada dólar gasto (Lomborg, 2020).

4 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Desde a década de 1960, o desenvolvimento sustentável tem sido um tema central para a ação das Nações Unidas, com um foco inicial na redução da fome mundial e a subsequente criação de programas voltados ao desenvolvimento econômico sustentável. A transição dos ODM para os ODS refletiu a necessidade de uma abordagem mais abrangente e integrada, envolvendo diversos atores globais e abordando questões interdependentes de desenvolvimento econômico, social e ambiental.

Apesar dos avanços alcançados até 2015, o progresso em direção aos ODS tem sido desigual e, em muitos casos, insuficiente. Relatórios recentes indicam que o mundo não está no caminho certo para alcançar nenhum dos 17 ODS até 2030. O *Copenhagen Consensus*, ao aplicar uma análise de custo-benefício, sugere que uma priorização focada e pragmática das metas pode resultar em impactos mais significativos e eficientes. Intervenções específicas, como a melhoria da saúde materna e neonatal, imunização infantil e combate à tuberculose, apresentam um excelente retorno sobre o investimento, destacando a importância de estratégias bem direcionadas.

Portanto, embora os ODS sejam ambiciosos e nobres, a abordagem sugerida pelo *Copenhagen Consensus* de priorizar ações com base em análises de custo-benefício pode proporcionar um caminho viável para alcançar os objetivos globais de desenvolvimento de forma mais eficaz. As críticas e sugestões levantadas enfatizam a necessidade de uma alocação mais eficiente de recursos, maximizando os benefícios sociais e econômicos, especialmente para as populações mais vulneráveis. Em última análise, a adaptação dessas estratégias pode ser essencial para superar os desafios complexos e interconectados do desenvolvimento sustentável no mundo moderno.

REFERÊNCIAS

AKIMOTO, K.; SANO, F.; TEHRANI, B. S. The analyses on the economic costs for achieving the nationally determined contributions and the expected global emission pathways. *Evolutionary and Institutional Economics Review*, v. 14, p. 193-206, 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.1017/bca.2023.26>

ANGRIST, N.; AURINO, E.; PATRINOS, H. A.; PSACHAROPOULOS, G. *et al.* Improving Learning in Low- and Lower-Middle-Income Countries. *Journal of Benefit-Cost Analysis*, v. 14, p. 55-80, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.1017/bca.2023.26>

ASMA, S.; LOZANO, R.; CHATTERJI, S.; SWAMINATHAN, S. *et al.* Monitoring the health-related Sustainable Development Goals: lessons learned and recommendations for improved measurement. *The Lancet*, v. 395, 11/01 2019. Disponível em: [https://www.thelancet.com/journals/lancet/article/PIIS0140-6736\(19\)32523-1/abstract](https://www.thelancet.com/journals/lancet/article/PIIS0140-6736(19)32523-1/abstract)

BOARDMAN, A.; GREENBERG, D.; VINING, A.; WEIMER, D. *Cost-Benefit Analysis: Concepts and Practice*, 5th edition. New York: Cabridge Press, 2018

BOSIO, E.; HAYMAN, G.; DUBOSSE, N. The Investment Case for E-Government Procurement: A Cost-Benefit Analysis. *Journal of Benefit-Cost Analysis*, v. 14, p. 81-107, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.1017/bca.2023.10>

BYAMUGISHA, F. F. K.; DUBOSSE, N. The Investment Case for Land Tenure Security in Sub-Saharan Africa: A Cost-Benefit Analysis. *Journal of Benefit-Cost Analysis*, v. 14, p. 272-300, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.1017/bca.2023.14>

CANTON, H. United Nations Children's Fund—UNICEF. *In: The Europa Directory of International Organizations 2021*: Routledge, 2021. p. 160-172.

COPENHAGEN CONSENSUS CENTER. Disponível em: <https://copenhagenconsensus.com/>. Acesso em: 10 sept. 2024.

DANLER, C.; PFAFF, K. The impact of an unequal distribution of education on inequalities in life expectancy. *Population Health*, v. 16, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.1016/j.ssmph.2021.100954>

DE JONG, E.; VIJGE, M. J. From Millennium to Sustainable Development Goals: Evolving discourses and their reflection in policy coherence for development. *Earth System Governance*, v. 7, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.1016/j.esg.2020.100087>

FEYRER, J.; TYAZHELNIKOV, V.; ALEMAN-CASTILLA, B.; WONG, B. Benefit-Cost Analysis of Increased Trade: An Order-of-Magnitude Estimate of the Benefit-Cost Ratio. *Journal of Benefit-Cost Analysis*, v. 14, p. 108-135, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.1017/bca.2023.12>

FOOD AND AGRICULTURE ORGANIZATION (FAO). *The State of Food Security and Nutrition in the World 2023*. Disponível em: <https://openknowledge.fao.org/items/445c9d27-b396-4126-96c9-50b335364d01>

HICKMANN, T.; BIERMANN, F.; SPINAZZOLA, M.; BALLARD, C. *et al.* Success factors of global goal-setting for sustainable development: Learning from the Millennium Development Goals. *Sustainable Development*, v. 31, p. 1214-1225, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.1002/sd.2461>

Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), 2024a. **Ipea lança segunda edição dos Cadernos dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável 2024**. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/portal/categorias/45-todas-as-noticias/noticias/15159-ipea-lanca-segunda-edicao-dos-cadernos-dos-objetivos-de-desenvolvimento-sustentavel>. Acesso em: 10 sept. 2024.

Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), 2024b. **Agenda 2030: objetivos de desenvolvimento sustentável: avaliação do progresso das principais metas globais para o Brasil: ODS 1: acabar com a pobreza em todas as suas formas, em todos os lugares**. Disponível em: https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/14124/1/Agenda_2030_ODS_1_Acabar_com_a_pobreza_em_todas_suas_formas.pdf. Acesso em: 10 sept. 2024.

KATOCH, O. R.; SHARMA, R.; PARIHAR, S.; NAWAZ, A. Energy poverty and its impacts on health and education: a systematic review. **International Journal of Energy Sector Management**, v. 18, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.1108/IJESM-10-2022-0007>

KUMAR, S.; KUMAR, N.; VIVEKADHISH, S. Millennium Development Goals (MDGs) to Sustainable Development Goals (SDGs): Addressing Unfinished Agenda and Strengthening Sustainable Development and Partnership. **Indian Journal of Community Medicine**, v. 41, p. 1-4, 2016. Disponível em: <https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pmc/articles/PMC4746946/>

LARSEN, B.; HODDINOTT, J.; RAZVI, S. Investing in Nutrition: A Global Best Investment Case. **Journal of Benefit-Cost Analysis**, v. 14, p. 235-254, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.1017/bca.2023.22>

LOMBORG, B. *Prioritizing Development: A Cost Benefit Analysis of the United Nations' Sustainable Development Goals*. Cambridge University Press, 2018.

LOMBORG, B. Welfare in the 21st century: Increasing development, reducing inequality, the impact of climate change, and the cost of climate policies. **Technological Forecasting and Social Change**, v. 156, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1016/j.techfore.2020.119981>

LOMBORG, B. Save 4.2 Million Lives and Generate \$1.1 Trillion in Economic Benefits for Only \$41 Billion: Introduction to the Special Issue on the Most Efficient Policies for the Sustainable Development Goals. **Journal of Benefit-Cost Analysis**, v. 14, 2023a. Disponível em: <https://doi.org/10.1017/bca.2023.32>

LOMBORG, B. *Best Things First: The 12 Most Efficient Solutions for the World's Poorest and Our Global SDG Promises*. Copenhagen Consensus Center, 2023b. Disponível em: <https://doi.org/10.1017/bca.2023.24>

MADISE, N.; NANDI, A.; WONG, B.; RAZVI, S. Achieving Maternal and Neonatal Mortality Development Goals Effectively: A Cost-Benefit Analysis. **Journal of Benefit-Cost Analysis**, v. 14, p. 206-234, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.1017/bca.2023.24>

MALEKPOUR, S.; ALLEN, C.; SAGAR, A.; SCHOLZ, I. *et al.* What scientists need to do to accelerate progress on the SDGs. **Nature**, v. 621, p. 250-254, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.1038/d41586-023-02808-x>

MASKUS, K. E. A Benefit-Cost Analysis of Increased International Migration of Skilled Labor in Africa and the World. **Journal of Benefit-Cost Analysis**, v. 14, p. 301-336, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.1017/bca.2023.15>

MCARTHUR, J. The Origins of the Millennium Development Goals. **SAIS Review of International Affairs**, v. 34, p. 5-24, 2014. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/27000954>

- MIBIELLI, P.; BARCELLOS, F. Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODMs): uma avaliação crítica. **Sustainability in Debate**, v. 5, p. 222-244, 2014. Disponível em: <https://doi.org/10.18472/SustDeb.v5n3.2014.11176>
- UNITED NATIONS (UN). **Global Sustainable Development Report 2023**. Disponível em: <https://sdgs.un.org/gsdr/gsdr2023>
- UNITED NATIONS (UN), 2015a. **UN global survey for citizens, capturing voices, priorities and views**. Disponível em: <http://data.myworld2015.org/>
- UNITED NATIONS (UN), 2015b. **Sustainable Development Goals, FACT SHEET 2015**. Disponível em: https://sustainabledevelopment.un.org/content/documents/8326Factsheet_SummitPress_Kit_final.pdf
- UNITED NATIONS (UN). **The sustainable development goals report 2016**. Disponível em: <https://mdgs.un.org/sdgs/report/2016/The%20Sustainable%20Development%20Goals%20Report%202016.pdf>
- OKADO, G. H. C.; QUINELLI, L. Megatendências Mundiais 2030 e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS): uma reflexão preliminar sobre a “Nova Agenda” das Nações Unidas. **Revista Baru - Revista Brasileira de Assuntos Regionais e Urbanos**, v. 2, p. 111-129, 2016. DOI: Disponível em: <https://doi.org/10.18224/baru.v2i2.5266>
- UNITED NATIONS (UN). **Levels and trends in child malnutrition: UNICEF/WHO/The World Bank Group joint child malnutrition estimates: key findings of the 2020 edition**. Disponível em: <https://www.who.int/publications/i/item/9789240003576>
- PATENAUDE, B.; SRIUDOMPORN, S.; MAK, J. Sustainable Development Goal Halftime Project: Benefit-Cost Analysis Using Methods from the Decade of Vaccine Economics Model. **Journal of Benefit-Cost Analysis**, v. 14, p. 136-180, 2023. DOI: 10.1017/bca.2023.11 Disponível em: <https://doi.org/10.1017/bca.2023.11>
- PRETORIUS, C.; ARINAMINPATHY, N.; MANDAL, S.; SAHU, S. *et al.* One Million Lives Saved Per Year: A Cost–Benefit Analysis of the Global Plan to End Tuberculosis, 2023–2030 and Beyond. **Journal of Benefit-Cost Analysis**, v. 14, p. 337-354, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.1017/bca.2023.13>
- RITCHIE, H. **Access to Energy**. 2019. Disponível em: <https://ourworldindata.org/energy-access>.
- ROSEGRANT, M. W.; WONG, B.; SULSER, T. B.; DUBOSSE, N. *et al.* Benefit–Cost Analysis of Increased Funding for Agricultural Research and Development in the Global South. **Journal of Benefit-Cost Analysis**, v. 14, p. 181-205, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.1017/bca.2023.27>
- SACHS, J. D.; LAFORTUNE, G.; FULLER, G.; DRUMM, E. **Sustainable development report 2023: Implementing the SDG Stimulus**. Disponível em: <https://sdgtransformationcenter.org/reports/sustainable-development-report-2023>
- SHRETTA, R.; NGWAFORANYE, R. An Investment Case for the Scale-up and Use of Insecticide-Treated Nets Halfway into the SDG Targets. **Journal of Benefit-Cost Analysis**, v. 14, p. 16-54, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.1017/bca.2023.23>
- WATKINS, D.; AHMED, S.; PICKERSGILL, S. Best Investments in Chronic, Noncommunicable Disease Prevention and Control in Low- and Lower–Middle-Income Countries. **Journal of Benefit-Cost Analysis**, v. 14, 2023. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/10.1177/0046958020927885>

YANG, P.; YAO, Y.-F.; MI, Z.; CAO, Y.-F. *et al.* Social cost of carbon under shared socioeconomic pathways. **Global Environmental Change**, v. 53, p. 225-232, 2018. Disponível em: DOI: <https://doi.org/10.1016/j.gloenvcha.2018.10.001>